

Síntese das Alterações na Prestação de Contas de Gestão Municipal 2024

Este documento apresenta as diferenças entre a resolução anterior ([TC nº 216/2023](#)) e a nova resolução de 2024 ([TC nº 270/2024](#)) para a prestação de contas de gestão municipal.

Foram implementadas alterações, exclusões e inclusões de documentos e anexos. Ao comparar as duas resoluções, o documento facilita a compreensão das mudanças significativas, permitindo que os gestores municipais se adaptem às novas exigências normativas.

Sumário

1. Anexos com conteúdo alterado
2. Anexos com numeração alterada
3. Anexos Incluídos
4. Anexos Excluídos
5. Documentos Incluídos
6. Documentos Excluídos
7. Documentos com redação alterada

1. Anexos com conteúdo alterado

Anexo I. Relação das unidades jurisdicionadas da prefeitura da cidade do Recife cujos responsáveis deverão prestar contas do exercício de 2023.

- Unidades Jurisdicionadas **excluídas**:
 - Companhia Recife de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos
 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Recife
- Unidades Jurisdicionadas **incluídas**:
 - Gabinete de Inovação Urbana do Recife
 - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Recife
 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Recife
- O conteúdo da prestação de contas da Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores do Recife passa a ser estabelecido pelo Anexo X.

Anexo XII. Demonstrativo de cumprimento dos limites de alocação dos recursos em moeda corrente do regime próprio de previdência, por segmento de aplicação.

2. Anexos com numeração alterada

Os anexos abaixo existiam na [Resolução TC nº 216/2023](#) e tiveram a sua numeração alterada na Resolução de Prestação de Contas 2024.

Anexo	Numeração Anterior	Nova Numeração
Relatório de desempenho da gestão	anexo XV	anexo XIV
Demonstrativo de despesas com eventos comemorativos de carnaval, festas religiosas, emancipação política, são joão, são pedro, micareta, cavalgada, natal, réveillon e outras tradições culturais realizadas pela prefeitura ou com sua contrapartida	anexo XVI	anexo XV
Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo tce/pe	anexo XVII	anexo XVI
Requisitos mínimos das notas explicativas	anexo XVIII	anexo XVII
Demonstrativo da dívida flutuante	anexo XIX	anexo XVIII
Relação das transferências mediante parcerias com organizações da sociedade civil (OSC)	anexo XX	anexo XIX
Relação das transferências mediante contrato de gestão para organizações sociais	anexo XXII	anexo XX

3. Anexos Incluídos

Os seguintes anexos foram acrescentados à Prestação de Contas 2024:

- A. **Anexo XXI** (Demonstrativo dos **montantes** recebidos e pagos a título de **compensação previdenciária do rpps**).
- B. **Anexo XXII** (Relação das **Contas Bancárias**).
- C. **Anexo XXIII** (Demonstrativo das **Tomadas de Contas Especiais**).
- D. **Anexo XXIV** (Relação das **Transferências** Mediante **Convênios**).

4. Anexos Excluídos

Os anexos abaixo existiam na [Resolução TC nº 216/2023](#) mas não foram mantidos na Resolução de Prestação de Contas 2024.

- A. **Anexo XIV**. Mapa demonstrativo de **concessões e PPPs** realizadas no exercício.
- B. **Anexo XXI**. Mapa demonstrativo consolidado de **contratos relacionados** ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do **coronavírus**.

5. Documentos Incluídos

Anexos:

Anexo II Prefeituras Municipais
Anexo III Prefeitura do Recife

Anexo IV Fundos
Anexo V Câmaras Municipais

Anexo VI Autarquias e Fundações
Anexo VII Empresas Públicas

Anexo VIII Sociedade de Economia Mista
Anexo IX Consórcios

Anexo X RPPS

Documento	Anexo e Número do Documento									
	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	
• Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.								14		
• Relação das Comissões de Licitações, permanente e especial, Pregoeiro e Equipe de Apoio designados para o período, contendo o nome completo, portarias de designação/afastamento e número do CPF de todos os seus membros, anexando cópias das respectivas portarias de designação/afastamento.	38	21		20	22	16	16			
• Relação das transferências de recursos efetuadas e recebidas, mediante convênios que estavam em vigência, com pendências ou regularizados no exercício da prestação de contas, conforme modelo do Anexo XXIV desta Resolução.	41							28		
• Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido, apresentando individualmente os demonstrativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.		25	21	22	24				21	
• Demonstrativo dos montantes recebidos e pagos a título de compensação previdenciária no exercício, conforme Anexo XXI, discriminando os valores por fundo (caso aplicável).									26	
• Base cadastral contendo os registros dos servidores ativos, inativos e pensionistas para a elaboração do cálculo atuarial da data base 31/12 do exercício anterior ao da prestação de contas									37	
• Mapa demonstrativo consolidado de obras/serviços de engenharia, extraído do sistema RemessaTCEPE, vigentes no exercício.	48						20	43		
• Extratos mensais de todas as contas correntes do RPPS referentes ao exercício da prestação de contas									46	
• Certificados dos responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS referente ao exercício da prestação de contas									51	
• Certificados dos membros dos órgãos colegiados referentes ao exercício da prestação de contas									52	
• Extrato de informações enviadas ao SAGRES, Módulo de Pessoal , referente ao exercício de 2024	49	29	27	30	29	22	24	45	53	

6. Documentos Excluídos

A numeração dos documentos abaixo são referentes à [Resolução TC nº 216, de 06 de dezembro de 2023](#).

Anexos:

Anexo II Prefeituras Municipais
Anexo III Prefeitura do Recife

Anexo IV Fundos
Anexo V Câmaras Municipais

Anexo VI Autarquias e Fundações
Anexo VII Empresas Públicas

Anexo VIII Sociedade de Economia Mista
Anexo IX Consórcios

Anexo X RPPS

Documento	Anexo e Número do Documento da Resolução 216/2023									
	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	
• Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício, ou período de gestão.								17		
• Cópias das atas de registro de preços vigentes no exercício e atas de registro de preços de outros órgãos e entidades aderidas pela prefeitura, das quais resultaram despesas no exercício.	35									
• Cópias das atas de registro de preços realizadas pela Secretaria e atas de registro de preços de outros órgãos e entidades aderidas pela Secretaria, das quais resultaram despesas no exercício.		17								
• Cópias das Atas de registro de preços realizadas pela Entidade e Atas de registro de preços de outros órgãos e entidades aderidas pela Autarquia ou Fundação, das quais resultaram em despesas no exercício.					21					
• Cópias das atas de registro de preços realizadas pelo Consórcio e atas de registro de preços de outros órgãos e entidades aderidas pelo Consórcio, das quais resultaram em despesas no exercício.								20		
• Cópias das atas de registro de preços realizadas pela Entidade e atas de registro de preços de outros órgãos e entidades aderidas pela Empresa, das quais resultaram despesas no exercício.						16				
• Cópias das Atas de registro de preços realizadas pela Entidade e Atas de registro de preços de outros órgãos e entidades aderidas pela Sociedade de Economia Mista, das quais resultaram em despesas no exercício.							16			
• Relação dos convênios e outros instrumentos congêneres vigentes no exercício, destacando: nome do órgão/entidade recebedora, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de valores repassados no período para cada termo de convênio.		24								
• Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme modelo do EXCLUSÃO 1 desta Resolução.	42	25			24	18	18	28		
• Demonstrativo de recolhimento referente às contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social de cada fundo municipal, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido, apresentando individualmente os demonstrativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.			21	21	25			29		
• Mapa demonstrativo consolidado de contratos relacionados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, incluídos os contratos de gestão, vigentes no exercício (Lei Complementar Estadual nº 425, de 25 de março de 2020 e Decreto Estadual nº.	49	30	26	28	29	22	25	33		

Documento	Anexo e Número do Documento da Resolução 216/2023									
	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	
54.525, de 30 de março de 2023), conforme modelo estabelecido no Anexo EXCLUSÃO 3 desta Resolução.										
• Relatório de atividades do Controle Interno no exercício.								43		
• Relação das auditorias internas realizadas pela unidade de Controle Interno do consórcio, detalhando-se para cada uma, as medidas tomadas para saneamento das irregularidades porventura identificadas, referidas no relatório de auditoria.								44		
• Relação das transferências de recursos os contratos de gestão vigentes firmados no exercício, destacando: nome da Organização Social (OS) qualificada, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de pagamentos efetuados no período para cada contrato, além de relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, nos termos da Resolução TC nº 20, de 21 de setembro de 2005.								50		
• Relação das transferências de recursos mediante termos de parceria firmados com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) qualificada, que estavam em vigência no exercício da prestação de contas, contendo as seguintes informações: objeto, data, valor, vigência, dados da entidade parceira (CNPJ e Razão Social), eventuais aditamentos e relação de pagamentos efetuados no período para cada termo de parceria, além da documentação exigida na Resolução TC nº 20, de 21 de setembro de 2005.	39	22						51		

7. Documentos com **redação alterada**

Anexos:

Anexo II Prefeituras Municipais
Anexo III Prefeitura do Recife

Anexo IV Fundos
Anexo V Câmaras Municipais

Anexo VI Autarquias e Fundações
Anexo VII Empresas Públicas

Anexo VIII Sociedade de Economia Mista
Anexo IX Consórcios

Anexo X RPPS

Documento	Anexo e Número do Documento									
	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	
<ul style="list-style-type: none"> Balço Orçamentário do Município (Anexo 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XIX e XX XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício. 	3	3								
<ul style="list-style-type: none"> Balço Orçamentário de cada Fundo Municipal (Anexo 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XIX e XX XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício. 	4									
<ul style="list-style-type: none"> Balço Orçamentário (Anexo 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XIX e XX XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, apresentando individualmente os balanços do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa. 									3	
<ul style="list-style-type: none"> Balço Patrimonial (Anexo 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), evidenciando ao lado das contas contábeis o "Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]" (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XIX e XX XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015, apresentando individualmente os balanços do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa. 									4	
<ul style="list-style-type: none"> Balço Patrimonial (Anexo 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), evidenciando ao lado das contas contábeis o "Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]" (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XIX e XX XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. 		5	4	4	4			4		
<ul style="list-style-type: none"> Balço Patrimonial do Município (Anexo 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), evidenciando ao lado das contas contábeis o "Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]" (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade 	5									

Documento	Anexo e Número do Documento									
	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	
<p>Trecho Excluído Texto Incluído</p> <p>Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.</p>										
<ul style="list-style-type: none"> Balanço Patrimonial de cada Fundo Municipal (Anexo 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), evidenciando ao lado das contas contábeis o “Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]” (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XIX e XX XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. 	6									
<ul style="list-style-type: none"> Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XIX e XX XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015, apresentando individualmente os balanços do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa. 								5		
<ul style="list-style-type: none"> Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes no Anexo XIX e XX XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. 		6	5	5	5			5		
<ul style="list-style-type: none"> Balanço Financeiro do Município (Anexo 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XIX e XX XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. 	8									
<ul style="list-style-type: none"> Balanço Financeiro de cada Fundo Municipal (Anexo 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XIX e XX XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. 	9									

Documento	Anexo e Número do Documento									
	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	
<p>Trecho Excluído Texto Incluído</p> <ul style="list-style-type: none"> Demonstração das Variações Patrimoniais do Município (Anexo 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XIX e XX XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015, apresentando individualmente os balanços do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa. 									6	
<ul style="list-style-type: none"> Demonstração das Variações Patrimoniais do Município (Anexo 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XIX e XX XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. 	12	7	6	6	6			6		
<ul style="list-style-type: none"> Demonstração das Variações Patrimoniais de cada Fundo Municipal (Anexo 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XIX e XX XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. 	13									
<ul style="list-style-type: none"> Demonstração dos Fluxos de Caixa do Município (Anexo 18 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XIX e XX XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. 	14									
<ul style="list-style-type: none"> Demonstração dos Fluxos de Caixa de cada Fundo Municipal (Anexo 18 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XIX e XX XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. 	15									
<ul style="list-style-type: none"> Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XIX e XX XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, 									7	

Documento	Anexo e Número do Documento									
	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	
<p>evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015, apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.</p> <p>Trecho Excluído Texto Incluído</p>										
<ul style="list-style-type: none"> Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XIX e XX XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. 				7	7			7		
<ul style="list-style-type: none"> Demonstração da Dívida Flutuante do Município (Anexo 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XXV XVIII desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique terá referência cruzada com a respectiva nota explicativa. 	18									
<ul style="list-style-type: none"> Demonstração da Dívida Flutuante de cada Fundo Municipal (Anexo 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XXV XVIII desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique terá referência cruzada com a respectiva nota explicativa. 	19	8	8							
<ul style="list-style-type: none"> Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XXV XVIII desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, de modo que cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique tenha referência cruzada com a respectiva nota explicativa. 				8	9			9		
<ul style="list-style-type: none"> Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XXV XVIII desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique terá referência cruzada com a respectiva nota explicativa, apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa. 									9	
<ul style="list-style-type: none"> Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão da unidade jurisdicionada. 	27	41	11	12	14	9	9	13	11	
<ul style="list-style-type: none"> Demonstrativo de despesas com eventos comemorativos de carnaval, festas religiosas, emancipação política, São João, São Pedro, micareta, cavalgada, natal, réveillon e outras tradições culturais realizadas pela prefeitura ou com sua contrapartida, correspondente ao Anexo XVII XV desta Resolução. 	32									
<ul style="list-style-type: none"> Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato – LICON, de todos processos licitatórios, 	33	51	16	17	19	14	14	19	18	

Documento	Anexo e Número do Documento									
	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	
dispensas e inexigibilidades concluídos no exercício Mapa demonstrativo consolidado dos processos de contratação instaurados no exercício, extraído do sistema RemessaTCEPE.										
• Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos dos instrumentos jurídicos vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES—Módulo de Licitações e Contratos—LICON RemessaTCEPE.	34	17	19	18	20	15	15	20	19	
• Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, que deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências, conforme Anexo XXIII.	35	18	20	19	21				20	
• Relação das transferências de recursos mediante contrato de gestão para Organizações Sociais que estavam em vigência, no exercício da prestação de contas, conforme modelo do Anexo XIV XX desta Resolução.	36	19						21		
• Documentos de Prestação de Contas de Organização Social – OS, de acordo com a Resolução TC nº 20, de 21 de setembro de 2005: A. relatório pertinente à execução do contrato de gestão apresentado pela OS, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados; B. parecer do dirigente máximo do órgão ou entidade supervisora sobre os resultados da apreciação e supervisão que lhe compete; C. declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação (em caso de aprovada a prestação de contas do contrato de gestão); ou Relatório das Tomadas de Contas Especiais instauradas, em caso de não prestação de contas pela OS, conforme modelo do Anexo XVII XXIII.	37	20						22		
• Relação das Comissões de Licitações, designadas para o período, contendo números das portarias, nomes completos, funções nas comissões e datas de designação/destituição, extraída do sistema SAGRES—Módulo de Licitações e Contratos—LICON permanente e especial, Pregoeiro e Equipe de Apoio designados para o período, contendo o nome completo, portarias de designação/afastamento e número do CPF de todos os seus membros, anexando cópias das respectivas portarias de designação/afastamento.								23		
• Relação das transferências de recursos mediante Termo de Colaboração, Termo de Fomento e Acordo de Cooperação firmados com organizações da sociedade civil, que estavam em vigência no exercício da prestação de contas, contendo as seguintes informações: tipo da parceria, objeto pactuado, dados da entidade parceira (CNPJ e Razão Social), recursos financeiros transferidos (se houver) e data da celebração da parceria (Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014), conforme o modelo do Anexo XXVI XIX.	40	23						27		
• Relação dos convênios vigentes no exercício, destacando: nome do órgão/entidade concedente, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de pagamentos efetuados no período para cada termo de convênio das transferências de recursos efetuadas e recebidas, mediante convênios que estavam em vigência, com pendências ou regularizados no exercício da prestação de contas, conforme modelo do Anexo XXIV desta Resolução.		24								
• Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações em processos de prestação de contas e de auditorias especiais publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo	46	26	23	24	26	19	19	30	27	

Documento	Anexo e Número do Documento									
	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	
estabelecido no Anexo XVIII XVI desta Resolução.										
<ul style="list-style-type: none"> Cópia da Avaliação Atuarial com data base de 31/12 do exercício anterior ao da prestação de contas, contendo a estrutura e os elementos definidos pela Portaria MF nº 464/2018 e normas regulamentadoras, apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa. 									29	
<ul style="list-style-type: none"> Cópia da Avaliação Atuarial com data base de 31/12 do exercício da prestação de contas contendo a estrutura e os elementos definidos pela Portaria MF nº 464/2018 e normas regulamentadoras, apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa. 									30	
<ul style="list-style-type: none"> Política de Investimentos e revisões posteriores executadas no exercício da prestação de contas, conforme normativo(s) da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda. Este documento não se refere ao DPIN. 									43	
<ul style="list-style-type: none"> Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014. Mapa demonstrativo consolidado de obras/serviços de engenharia, extraído do sistema RemessaTCEPE, vigentes no exercício. 		27	25	26	28	21				
<ul style="list-style-type: none"> Relatório de desempenho da gestão, elaborado pela autoridade competente, contendo: a) resultados (físicos e financeiros) obtidos com os programas finalísticos fixados na LOA, com os esclarecimentos necessários, conforme modelo estabelecido no Anexo XIV XIV desta Resolução; b) ações promovidas na busca do cumprimento da missão institucional e desempenho da gestão. 		28								
<ul style="list-style-type: none"> Demonstrativo que evidencie os gastos efetuados com a folha de pagamento. Demonstrativo que comprove o atendimento ao limite de gastos com pessoal estabelecido no art. 29-A, §1º da Constituição Federal de 1988 				27						
<ul style="list-style-type: none"> Demonstrativo de cumprimento dos limites de alocação dos recursos em moeda corrente do RPPS, por segmento de aplicação, conforme modelo do Anexo XII desta Resolução (Portaria MPS nº 402, de 11 de dezembro de 2008 e alterações) (Portaria MTP nº 1.467/2022 e alterações posteriores). 									45	
<ul style="list-style-type: none"> Extratos mensais das contas de investimentos e aplicações pertencentes referentes ao exercício da prestação de contas. 									47	